

RESPOSTA PARA O PORTAL “AOS FATOS” SOBRE A CPI DAS BETS

1. O mercado de bets e cassinos online cresceu muito rapidamente no Brasil e, com ele, o vício — inclusive entre pessoas de baixa renda ou endividadas. Como a senhora vê esse mercado e quais as iniciativas necessárias para enfrentar a questão?

O mercado de apostas online já está consolidado no Brasil e faz parte do cotidiano de milhões de pessoas. A essa altura, acredito ser difícil reverter esse cenário por meio de proibição, já que essas plataformas operaram durante muito tempo sem qualquer regulamentação. Trata-se de um setor poderoso, que se aproveita de brechas na legislação ainda desatualizada para atuar de forma irregular e conquistar cada vez mais usuários. Algumas plataformas que possuem autorização da Secretaria de Prêmios e Apostas para operar estão regulares, mas ainda existem muitas outras irregulares que precisam de fiscalização.

Por isso, defendo que o caminho não seja a proibição, e sim a regulamentação e a fiscalização rigorosa, exigindo que as empresas operem de forma responsável e em conformidade com a lei. Precisamos de leis fortes, que protejam os cidadãos e garantam que, ao optar por participar desses jogos, o façam com segurança, informação e responsabilidade.

2. A saúde mental dos apostadores também tem sido um problema observado por pesquisadores. Como o Legislativo tem tratado o tema?

Essa é uma das nossas maiores preocupações e tem sido debatida com seriedade na CPI das Bets. Já ouvimos especialistas, como o presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria, Dr. Antônio Geraldo da Silva, e a diretora do Departamento de Saúde Mental do Ministério da Saúde, Sônia Barros. Ambos fizeram alertas importantes sobre o aumento dos casos de dependência em jogos online — a chamada ludopatia — e seus efeitos devastadores na saúde mental das pessoas.

Também tivemos o depoimento de um ludopata, ex-apostador compulsivo que perdeu praticamente tudo por conta do vício e hoje se dedica a

conscientizar outras pessoas sobre os riscos. O cenário é preocupante e deixa evidente que o Legislativo está atrasado nesse debate. Precisamos, com urgência, de uma regulamentação que enfrente o problema com a seriedade que ele exige.

3. As plataformas e seus respectivos donos devem ser responsabilizados pela promoção do vício?

Sim. As plataformas que descumprem a lei devem ser responsabilizadas. O problema é que, hoje, a legislação ainda é frágil e insuficiente para proteger os apostadores e coibir crimes cometidos por esses sites. Temos recebido inúmeras denúncias de fraudes, retenção indevida de ganhos, lavagem de dinheiro, evasão de divisas e outras práticas ilegais.

O ambiente atual favorece abusos. As empresas se aproveitam da ausência de fiscalização para lucrar com o vício da população, muitas vezes explorando justamente os mais vulneráveis. É fundamental aprovarmos uma legislação firme, que imponha regras claras e punições rigorosas.

4. Qual a análise da senhora sobre o cenário futuro do mercado de bets no Brasil com base no que a CPI das Bets apurou até o momento?

O mercado de apostas online já está incorporado à realidade do país, e é difícil imaginar um retrocesso. Diante disso, o caminho mais responsável é a regulamentação, com regras claras que garantam mais segurança aos usuários e protejam especialmente os mais vulneráveis: ludopatas, menores de idade e pessoas de baixa renda.

Além disso, a ausência de regulamentação nos últimos anos fez com que o Estado deixasse de arrecadar bilhões de reais em impostos. Recursos que poderiam estar sendo aplicados em políticas públicas de saúde mental, campanhas de conscientização e tratamento para pessoas com dependência em jogos. Inclusive, acabo de apresentar o Projeto de Lei nº 1700/2025 para destinar 0,025% da arrecadação da loteria de apostas de quota fixa (as chamadas “bets”) à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. A proposta realoca uma pequena parcela dos recursos atualmente destinados ao agente operador dessas loterias, sem comprometer sua sustentabilidade, com o objetivo de fortalecer o financiamento da

educação profissional e tecnológica pública no Brasil. Uma forma dessas plataformas compensarem a população beneficiando a educação do país.

5. Por fim, caso a senhora queira colaborar com alguma informação que não foi contemplada pelas perguntas, deixamos o espaço em aberto.

A população precisa estar atenta aos riscos dos jogos online. O vício em apostas afeta pessoas de todas as classes sociais, mas são os mais vulneráveis que pagam o preço mais alto — financeira, emocional e socialmente.

Infelizmente, há influenciadores que enriquecem promovendo plataformas ilegais, muitas vezes manipuladas, e que exploram a confiança dos seus próprios seguidores. Por isso, deixo um alerta: desconfiem sempre. Não se deixem enganar por promessas de ganhos fáceis. O mercado de apostas online, quando não fiscalizado, é terreno fértil para crimes e destruição de vidas.